

ANDES

SINDICATO NACIONAL

CSP - CONLUTAS

SINDICATO NACIONAL DOS DOCENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR - ANDES-SN

InformANDES

Informativo

Nº 100

Brasília (DF)

Jan de 2020



QUEM MATOU MARIELLE?

**EM 2020,
CONTINUE LUTANDO!**

A. Holanda

Que 2020 seja um ano de resistência e boas lutas!

Iniciamos o ano de 2020 analisando mais ataques às Universidades e aos serviços públicos, com a MP 914, que trata da eleição de reitores e outras funções das instituições de ensino federal e o decreto 10.185, que extinguiu cargos e suspendeu concursos públicos. Na mesma esteira de retrocessos impostos, alguns governos estaduais, “aproveitando” o período de recesso de fim de ano, tentaram aprovar a reforma da previdência nos estados, como foi o caso de Ceará e Bahia.

Ao mesmo tempo, terminamos o ano de 2019 saboreando o sucesso do vitorioso Seminário Nacional do Fórum Sindical Popular e De Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, realizado nos dias 14 e 15 de dezembro em São Paulo que reuniu cerca de 370 pessoas, e apontou a necessidade de construir uma verdadeira alternativa organizativa que supere a fragmentação e nos coloque em unidade para construir um grande encontro de trabalhadore(a)s, como um importante momento para pensarmos o processo de reorganização da classe.

Mesmo sofrendo ataques, retrocessos e perdas nesse um ano de governo Bolsonaro, nos fortalecemos para as muitas lutas que o novo ano anuncia. Neste sentido, a realização do 39º

Congresso Nacional do ANDES-SN se coloca como um dos principais desafios da categoria, com o objetivo de planejar a luta e nos preparar para os muitos enfrentamentos que teremos. O debate prévio nas bases é fundamental para que as deliberações do Congresso sejam assentadas nos desejos reais da categoria.

Desejamos que os ventos da América Latina, de indignação e resistência, nos inspirem a um 2020 de boas lutas e conquistas. E isso só será possível a partir de um amplo processo de mobilização nas ruas, reorganização da classe trabalhadora e construção de unidade de ação. A cada dia se torna mais preponderante a necessidade de reafirmarmos nossa defesa intransigente dos direitos sociais, a necessidade de revogação da EC/95 e de todas as contrarreformas que retiram direitos do(a)s trabalhadore(a)s e mercantilizam a vida.

Que sejamos capazes de enfrentar 2020 com a resistência necessária para barrar os retrocessos no âmbito cultural, das políticas públicas e sociais e o pacote neoliberal do governo de extrema-direita, a exemplo dos ataques ao serviço público e das privatizações. Não podemos deixar de apontar que precisamos também enfrentar o ambiente de intolerância e de escassez teórica que ainda perdura nas redes sociais, que cria mitos e se baseia em uma

análise parcial da realidade, levando uma parte da classe trabalhadora ao processo de apassivamento e falsas polarizações.

Que 2020 seja momento de intensificar o processo de mobilização do(a)s trabalhadore(a)s para a construção de um projeto que de fato interesse a classe. Que sejamos duros com nossos inimigos de classe, mas *ternos* entre nós, lutadores e lutadoras, do campo e da cidade, que lutam pela emancipação humana.

Aguardamos o 39º Congresso Nacional do ANDES-SN como etapa importante para o processo de planejamento das lutas e reafirmação da intransigente defesa da educação pública, de qualidade, laica, gratuita, estatal, antipatriarcal e socialmente referenciada, assim como em defesa das liberdades democráticas, tão violentamente atacadas pelo governo de extrema-direita.

E, principalmente, que, em 2020, não nos esqueçamos da pergunta que ecoa em nossos pensamentos e exige respostas: quem mandou matar Marielle Franco? Essa é uma resposta importante para desvelar o projeto miliciano e fundamentalista que ganhou corações e mentes e também o poder político no país.

Que sejamos resistência! Que sejamos semente! Que sejamos lutadore(a)s! Que das rochas mais rígidas consigamos arrancar flores e rosas.



EXPEDIENTE

O InformANDES é uma publicação do ANDES-SN // site: www.andes.org.br // e-mail: imprensa@andes.org.br

Diretor Responsável: Cláudio Mendonça

Edição: Renata Maffezoli MTb 37322/SP

Coordenação Editorial: Jamile Rodrigues MTb 0010916/DF

Jornalistas: Bruna Yunes DrT 9045/DF, Cláudio Camargo, Edgard Léda, Jonathan Oliveira, Luciana Sendyk,

Renata Maffezoli MTb 37322/SP, Silvia Lakatos

Diagramação, revisão e arte final: Angel Holanda // Fotos: Imprensa ANDES-SN, Divulgação, Banco de Imagens

São Paulo de muitas lutas

A capital paulista é uma cidade pródiga em contrastes. O mesmo espaço urbano que abriga a elite financeira do país é habitado por um imenso volume de trabalhadores e trabalhadoras que não têm acesso a serviços básicos como educação, cultura, saúde, trabalho e moradia.

A luta por moradia se insere em um contexto muito maior, que tem como elemento constitutivo, o direito à cidade. Essa reivindicação passa, inevitavelmente, por uma cidade arborizada, com mobilidade urbana, acessibilidade, saneamento básico, espaços públicos de lazer e cultura e política de emprego permanente para juventude. Nota-se que a luta dos sem teto é permeada por todas as lutas.

Em uma metrópole do tamanho e complexidade da cidade de São Paulo, políticas de estado para combater o déficit habitacional são ainda mais necessárias. Programas de moradia são imprescindíveis, enquanto a solução definitiva exige sobretudo regularização de terrenos públicos localizados nas cidades e combate à especulação imobiliária, patrocinada pelas grandes empresas e políticos que utilizam a questão habitacional como trampolim eleitoral, e que prejudica o conjunto dos trabalhadores.

Um levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad), do IBGE, revela que o Brasil tem um déficit habitacional de mais de sete milhões de moradias, e que São Paulo é o estado que lidera esse número, com a falta de 1,61 milhão de moradias. Diante de dados como os citados anteriormente, é de se assustar que o país tenha mais de seis milhões de imóveis desocupados há vários anos.

A questão da moradia pode ser encarada como o reflexo da crueldade do sistema financeiro. Em uma cidade em que das varandas das coberturas se descortina a visão de casebres precários, ficam ainda mais claras as dissonâncias presentes em todas as instâncias. As contradições do capital são mais visíveis na cidade grande do que em comunidades com menor condensação demográfica. A construção da cidade centrada no mercado torna os moradores da periferia indivíduos sem direitos, produzindo gentrificação, segregação e exclusão.

Terra, teto, dignidade

Para Irene Maestro, do Movimento Luta Popular, a especulação financeira afasta o trabalhador e a trabalhadora de toda sorte de bens e serviços, mas a concentração - de



terra e de renda - é ainda mais clara nas grandes cidades. Segundo ela, dentre as várias formas de concentração de riqueza que marcam a história do país, desde a colonização até os dias de hoje, a questão da terra é um nó e uma questão bastante fundamental. "A maior parte da classe trabalhadora é composta por negros que foram desterrados, indígenas, sertanejos, nordestinos - todos desterrados, e que não têm condições, com os baixíssimos salários que recebem, de arcar com um aluguel. As pessoas ocupam porque elas têm que viver em algum lugar. Assim, a luta pela habitação acaba se tornando um dos vários processos de luta que acontecem na cidade, e uma importante experiência de poder popular, quando, de forma organizada, as pessoas são obrigadas a se reapropriar daquilo que foi arrancado delas, historicamente, e a construir coletivamente um território", pontua Irene.

Moradia é direito

Irene realça o caráter popular do movimento por moradia ao apontar que as lutas por habitação produzem um enfrentamento com setores importantes do capital, como os proprietários de terra, bancos, empreiteiras, enquanto também se constituem em uma pequena experiência de poder popular no sentido de as pessoas governarem o próprio território. Ela acredita que a demanda por um local para viver acaba, assim, por construir uma experiência daquilo que deveria ser o ideal nas escolas, nas fábricas, nos postos de

saúde: o autogoverno a partir da luta direta e da organização interna.

Importante pontuar que desde a ditadura - passando pelos diversos governos - as políticas habitacionais sempre foram atreladas a bancos: o Banco Nacional de Habitação, depois a Caixa Econômica Federal, ou seja, a moradia sempre foi tratada como mercadoria e não como direito. O Programa Minha Casa Minha Vida, principal política habitacional recente, tem contradições relacionadas à necessidade de salvar as construtoras em um processo de crise econômica, em 2008. "Desde 2014, não são construídas novas unidades na faixa 1, a que mais necessita da solução de uma política habitacional", lamenta Irene. "Recentemente, o governador de São Paulo, João Dória, fez um corte de um bilhão e o atual governo federal tem promovido completo desmonte neste, como em todos os demais setores".

A conclusão de Irene Maestro é que "não há qualquer perspectiva de saída da situação através de políticas governamentais, portanto nossa única saída é seguir ocupando e retomando".

39º Congresso do ANDES-SN

A cidade de São Paulo, palco de lutas por moradia e recentes tentativas de criminalização de movimentos sociais, irá sediar, entre os dias 4 e 8 de fevereiro de 2020, a 39ª edição do Congresso do ANDES-SN. O Sindicato Nacional defende o direito legítimo de atuação de movimentos por moradia e reforma urbana.

Seminário Nacional aponta para organização da luta no ano que se inicia

18 de março é apontado como data para Greve Nacional da Educação



Foto: SIMS/DF/Divulgação

Lutar unificados para avançar na reorganização e enfrentar o neoliberalismo foi o tema do Seminário Nacional realizado nos dias 14 e 15 de dezembro, em São Paulo. Os debates realizados durante o evento resultaram em uma carta e em um calendário de lutas para o primeiro semestre de 2020. O dia 18 de março foi apontado como data para a Greve Nacional da Educação.

O evento foi realizado pelo Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas, no Centro de Formação do Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo (Sinpeem). Diversas categorias da classe trabalhadora, movimentos sociais, estudantis, de juventude, populares, do campo e da cidade participaram do encontro. Os debates foram fomentados por docentes, pesquisadores, economistas, analistas políticos e lideranças sindicais, que abordaram a conjuntura nacional e internacional e os desafios para os trabalhadores e suas entidades representativas.

Diversas intervenções, tanto dos palestrantes quanto dos participantes, reforçaram a necessidade do fortalecimento do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por direitos e Liberdades Democráticas, com a construção de representações em todos os estados do país.

Para Rodrigo Medina, 1º vice-presidente da Regional São Paulo do ANDES-SN, o evento foi um importante momento de reflexão e balanço das lutas das entidades, sindicatos e organizações, bem como dos desafios colocados para o primeiro semestre de 2020. “Considero que o Seminário foi um marco para reorganização de toda a classe trabalhadora. É um momento de acúmulo de forças contra as frentes de ultradireita e ultraliberais que avançam para o fluxo da reforma e decomposição do Estado brasileiro”, destacou.

O Seminário resultou em uma carta, com a consolidação dos debates realizados ao longo dos dois dias e em um calendário de lutas para o primeiro semestre. Na carta, as entidades que compõem o Fórum conclamam lutadoras e lutadores sociais e políticos do país

para a construção do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora, apontado como etapa fundamental para o processo de reorganização da classe trabalhadora.

Segundo Medina, a organização no âmbito nacional das representações efetivamente classistas que agem na oposição é uma resposta aos constantes ataques do governo à educação. “É uma época de efetivar uma estrutura de enfrentamento para dar um norte à luta política do novo ano. Na área da educação, o objetivo é fazer frente a esse processo em curso, que é o desmonte das estruturas educacionais, movido pelo executivo e pelo ministro da educação, Abraham Weintraub”.

O primeiro ano do governo Bolsonaro foi marcado pelo corte de verbas para as instituições públicas de ensino superior. Uma pesquisa de opinião divulgada pela CNI/Ibope, em junho de 2019, já apontava que o índice de desaprovação popular com as políticas educacionais de Bolsonaro subiu de 44% para 54% entre abril e junho, puxando para baixo a aprovação do governo como um todo. Tais medidas influenciaram na produção de conteúdo

técnico-científico nas universidades brasileiras. “A desestruturação das pós-graduações públicas, assim como as medidas de atentado ao patrimônio de conhecimento técnico-científico, são problemas contra os quais já estamos lutando e é necessário que esse movimento continue”, diz Medina.

O Seminário ainda foi marcado pelo debate, entre as entidades presentes, sobre a organização do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas e do Encontro Nacional da Classe Trabalhadora (Enclat) e também para elaborar o calendário de mobilização unificado.

“O Fórum foi concebido para realinhar as classes trabalhadoras e o calendário é o direcionamento para que não dispersemos forças. Agora, precisamos cumprir a tarefa da reorganização”, encerrou.

O Sindicato Nacional tem como objetivo, alinhado às outras frentes de representação, ampliar a organização dos fóruns nos estados para que, efetivamente, se avance no processo de reorganização da classe trabalhadora de forma ampla. As deliberações da base do ANDES-SN agem para construir esse espaço. Como exemplo está a participação da instituição no Fórum Sindical, Popular e de Juventudes por Direitos e Liberdades Democráticas, conforme deliberado no 38º Congresso do Sindicato Nacional, realizado no início de 2019, em Belém (PA).

Calendário de Lutas:

21 de fevereiro
Bloco na rua no
carnaval 2020

08 de março
Dia Internacional
da Mulher

18 de março
Greve Nacional
da Educação

01 de maio
Dia Internacional
dos Trabalhadores e
das Trabalhadoras



ANDES-SN alerta que nova versão do Future-se **continua alinhada a projeto neoliberal**

Ministério da Educação reapresentou o texto do Future-se após três meses do lançamento e subsequente fracasso de adesão; Com algumas poucas mudanças, texto mantém-se com objetivo de subalternizar a universidade pública ao mercado

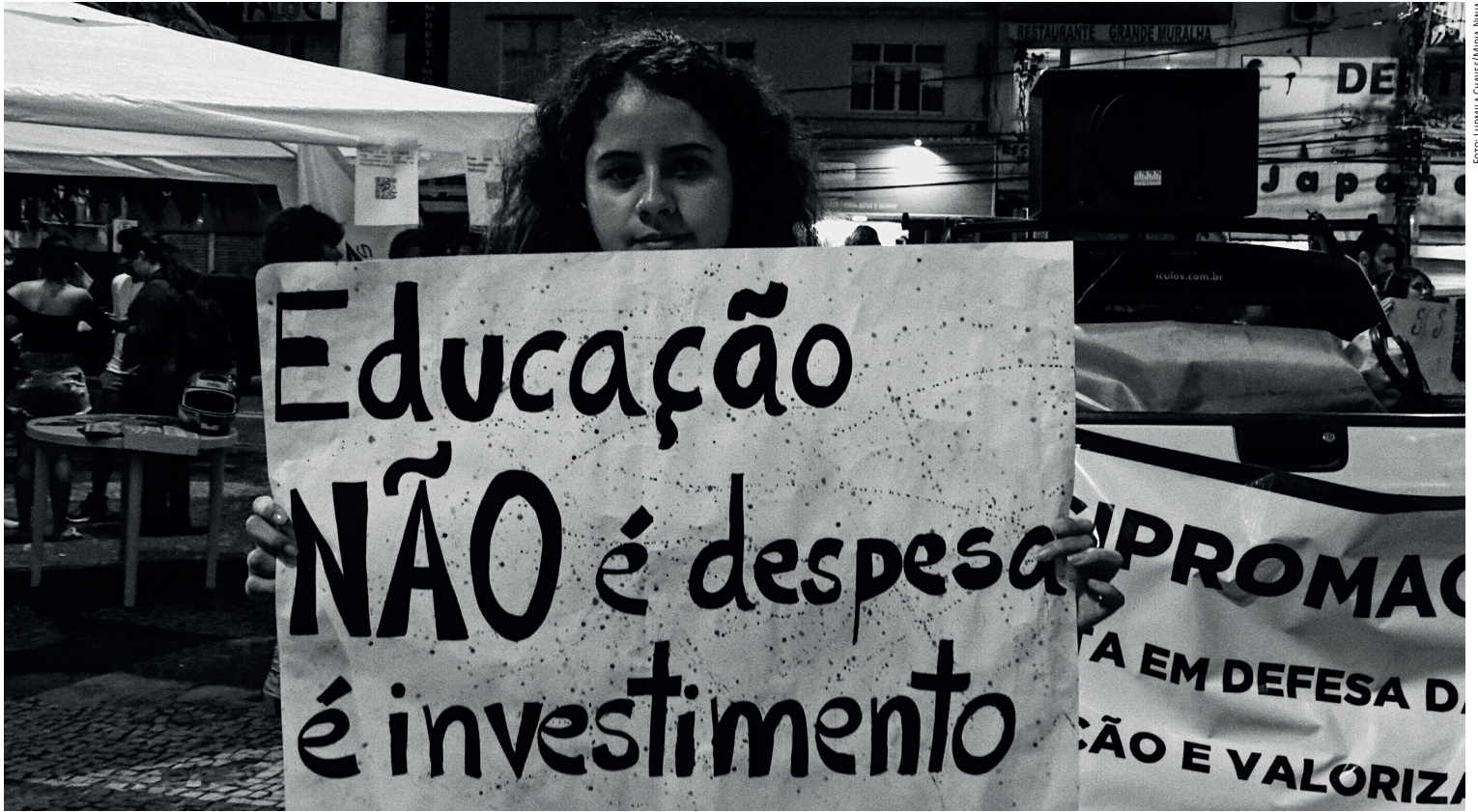
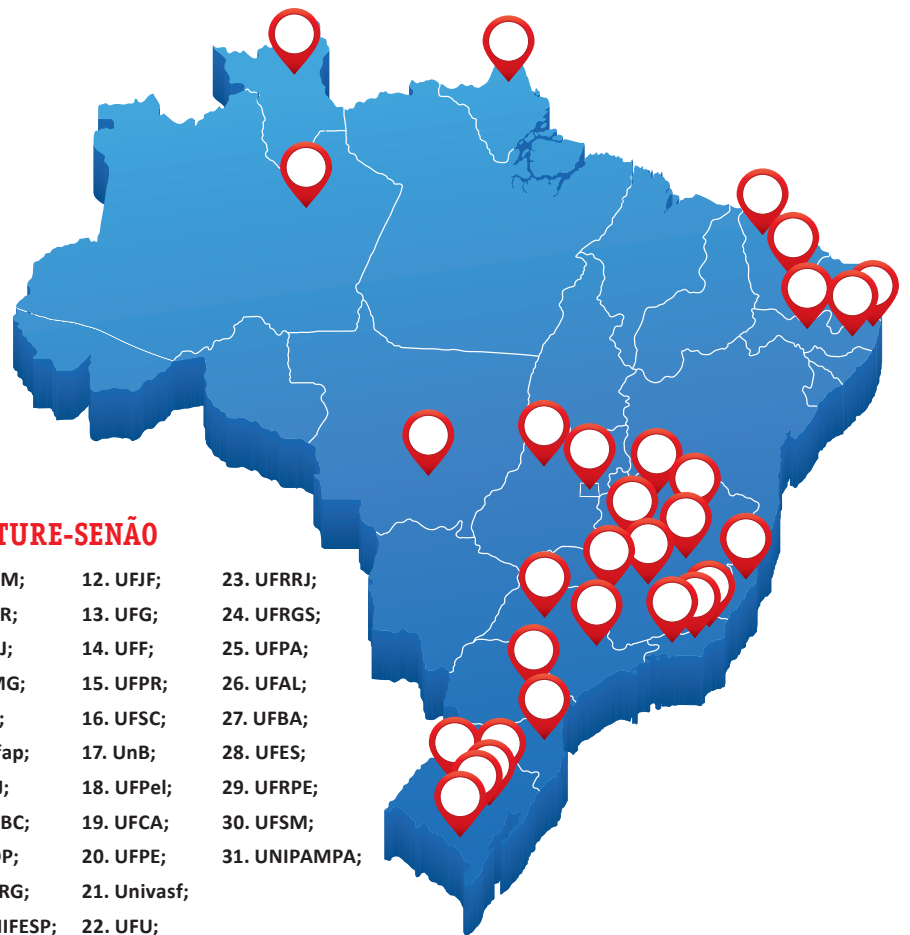


Foto: Ludmila Craves/Índica, INUIA

O projeto anunciado pelo ministro da Educação, Abraham Weintraub, como novo modelo de gestão e financiamento para as universidades públicas, o Future-se tem, como um de seus objetivos, que as universidades, institutos federais e Cefet captem recursos por conta própria, com o argumento de que as instituições de ensino superior público devem ser financeiramente autônomas.

O programa de desmonte da educação federal mostrou-se um fracasso quando 27 universidades federais responderam que não iriam aderir à primeira versão do programa, 7 demonstraram posição crítica, 27 não decidiram e 2 não responderam a um levantamento feito pelo jornal O Estado de S. Paulo, publicado no dia 25 de setembro. Entre as que haviam decidido em seus conselhos internos pela não adesão estavam as maiores e mais tradicionais federais, como a de São Paulo (Unifesp), do Rio de Janeiro (UFRJ), de Minas Gerais (UFMG), de Brasília (UnB), e diversas outras, como no mapa ao lado.



#FUTURE-SENÃO

- | | | |
|--------------|--------------|---------------|
| 1. UFAM; | 12. UFJF; | 23. UFRRJ; |
| 2. UFRR; | 13. UFG; | 24. UFRGS; |
| 3. UFRJ; | 14. UFF; | 25. UFPA; |
| 4. UFMG; | 15. UFPR; | 26. UFAL; |
| 5. UFC; | 16. UFSC; | 27. UFBA; |
| 6. Unifap; | 17. UnB; | 28. UFES; |
| 7. UFSJ; | 18. UFPel; | 29. UFRPE; |
| 8. UFABC; | 19. UFCA; | 30. UFSM; |
| 9. UFOP; | 20. UFPE; | 31. UNIPAMPA; |
| 10. FURG; | 21. Univasf; | |
| 11. UNIFESP; | 22. UFU; | |

A proposta foi então reformulada pelo Ministério da Educação (MEC) e apresentado novamente para a comunidade acadêmica no último dia 3 de janeiro, para ficar aberto à consulta pública até o dia 24 de janeiro, antes do envio do Projeto de Lei para o Congresso Nacional. O período da consulta pública também dificulta as discussões com a comunidade acadêmica por ser período de férias escolares. “Continuamos contra essa nova versão do Future-se assim como fomos contra a versão anterior. Na forma, pela mesma questão: é um projeto autoritário que vem de cima pra baixo, que não dialoga com a comunidade acadêmica e que não faz um diagnóstico da realidade das universidades públicas federais brasileiras, que apesar da histórica carência de recursos, colecionam casos de sucessos e reconhecimentos aqui e no exterior, nos campos do ensino, pesquisa e extensão”, afirma Eblin Farage, Secretária Geral do ANDES-SN.

O novo texto dá maior ênfase no interesse prioritário do programa: o incentivo de fontes privadas adicionais de financiamento para projetos e programas de relevância das universidades, institutos federais e Cefet. É uma forma de que a universidade pública fique subordinada a empresas e entidades privadas, que visam apenas o lucro com a produção do conhecimento nas instituições públicas. “Além da forma autoritária, também somos diametralmente contra essas propostas. São conteúdos que têm fundamentos privatizantes. Em sua essência, o programa subordina a universidade pública aos interesses da iniciativa privada, à parceria público-privada, à possibilidade de contratação por Organização Social (OS) e às fundações de direito privado”, aponta Eblin. Para ela, é importante salientar que algumas das propostas que o Future-se traz já existem na Universidade, mas não como norma e sim como exceção, como no caso, por exemplo, das fundações de direito privado, que hoje não têm a responsabilidade de gerir a universidade pública e todos seus projetos. “O que vemos em ambas as versões do Future-se é que as fundações, as organizações, as parcerias público-privadas ganham outro patamar, o que na nossa avaliação compromete a autonomia da universidade pública, da pesquisa e da produção do conhecimento”, ressalta.

O modelo atual do Future-se

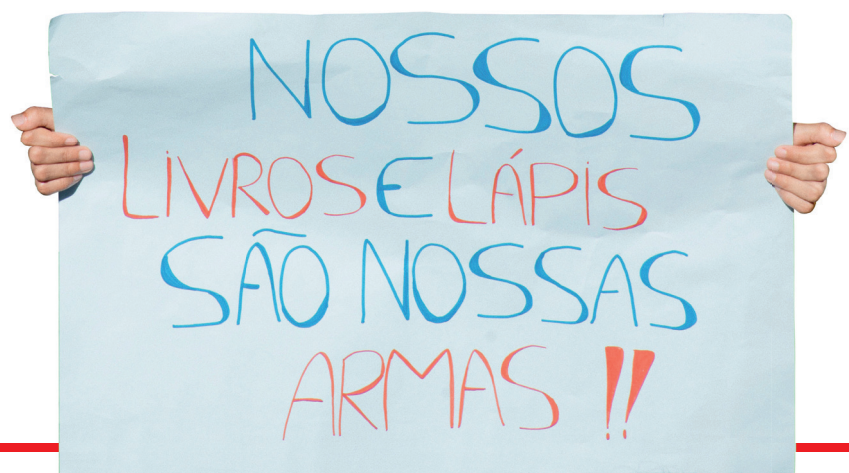
continua como um programa cuja principal finalidade é fazer com que as universidades, institutos federais e Cefet tornem-se verdadeiras unidades empresariais, subordinadas àqueles que possuam capital para financiamento. No modelo, permanece o interesse - ponto central do programa - de que a lógica privada de investimentos estenda-se ao setor público, objetivando a utilização dos espaços públicos das universidades e IFEs para a especulação financeira ou para a obtenção de interesses privados por meio de acesso a recursos públicos. É um modo enviesado de privatizar o ensino público superior.

A diretora do ANDES ressalta que um elemento inquietante do programa é que a proposta visa o incentivo ao empreendedorismo dos professores à captação de recursos. O estímulo à competitividade de mercado e a captação de recursos pelos próprios professores estão entre as propostas apresentadas. Da forma desenvolvida, a produção de conhecimento ficaria submetida aos interesses do mercado e as necessidades da sociedade seriam desconsideradas. Desse modo, o Future-se é uma afronta à Constituição Federal e objetiva a privatização da universidade pública, a exclusão da autonomia universitária e a subordinação da escola pública à lógica neoliberal. O programa estimula a Comunidade Acadêmica a especular no mercado, e assim trabalhar as questões interessantes ao mercado, não à sociedade como um todo. “Essa versão nova cita explicitamente que a captação de novos recursos para as universidades, institutos e Cefet não interfere em seus orçamentos. Apesar da segunda versão do projeto explicitamente prever isso, ainda é insuficiente na medida em que o governo não aponta nenhum aumento orçamentário para as universidades. E o que nós já falamos há algum tempo é que desde 2015 as universidades públicas federais têm sofrido cortes

sucessivos anualmente. A gente termina 2019 com um orçamento absolutamente insuficiente para garantir o tripé ensino, pesquisa, extensão. Então, não adianta falar apenas que vai garantir o orçamento”, aponta.

A posição do ANDES-SN é de que é necessário garantir a recomposição do orçamento das universidades públicas, institutos e Cefet. “O orçamento disponibilizado pelo governo já é insuficiente hoje para a universidade. Atualmente, ele não permite que as instituições de ensino funcionem e compromete significativamente a produção acadêmica em todas as áreas do conhecimento. Por isso, precisamos vincular a possibilidade de recomposição do orçamento à Emenda Constitucional 95 (A política do ‘teto dos gastos’, adotada em dezembro de 2016). Para nós, derruba-la é fundamental, porque a desculpa do governo é essa Emenda – não pode aumentar o orçamento porque senão ele ultrapassa o teto”, explica a diretora.

Eblin ainda destaca que o programa é um projeto de universidade pública que pretende preparar a universidade para um projeto de país subalternizado aos interesses do capital privado, ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia privadas e não para a autonomia. “Nesse sentido, a posição do ANDES-SN é a de defesa intransigente da universidade pública, gratuita, de qualidade, sustentada no tripé ensino, pesquisa, extensão. “Para nós, não existe meia universidade, então não existe a universidade da pesquisa privada. Para nós, existe uma universidade integral, como prevê o artigo 17 da Constituição Federal. Então, portanto, o tripé ensino, pesquisa e extensão é balizado e com a mesma condição de desenvolvimento. Não hierarquizados como prevê o programa, dando maior enfoque no ensino e na pesquisa, e ignorando a extensão”, conclui a secretária-geral do ANDES-SN.



Grupos de Trabalho do ANDES-SN indicam luta e resistência para 2020

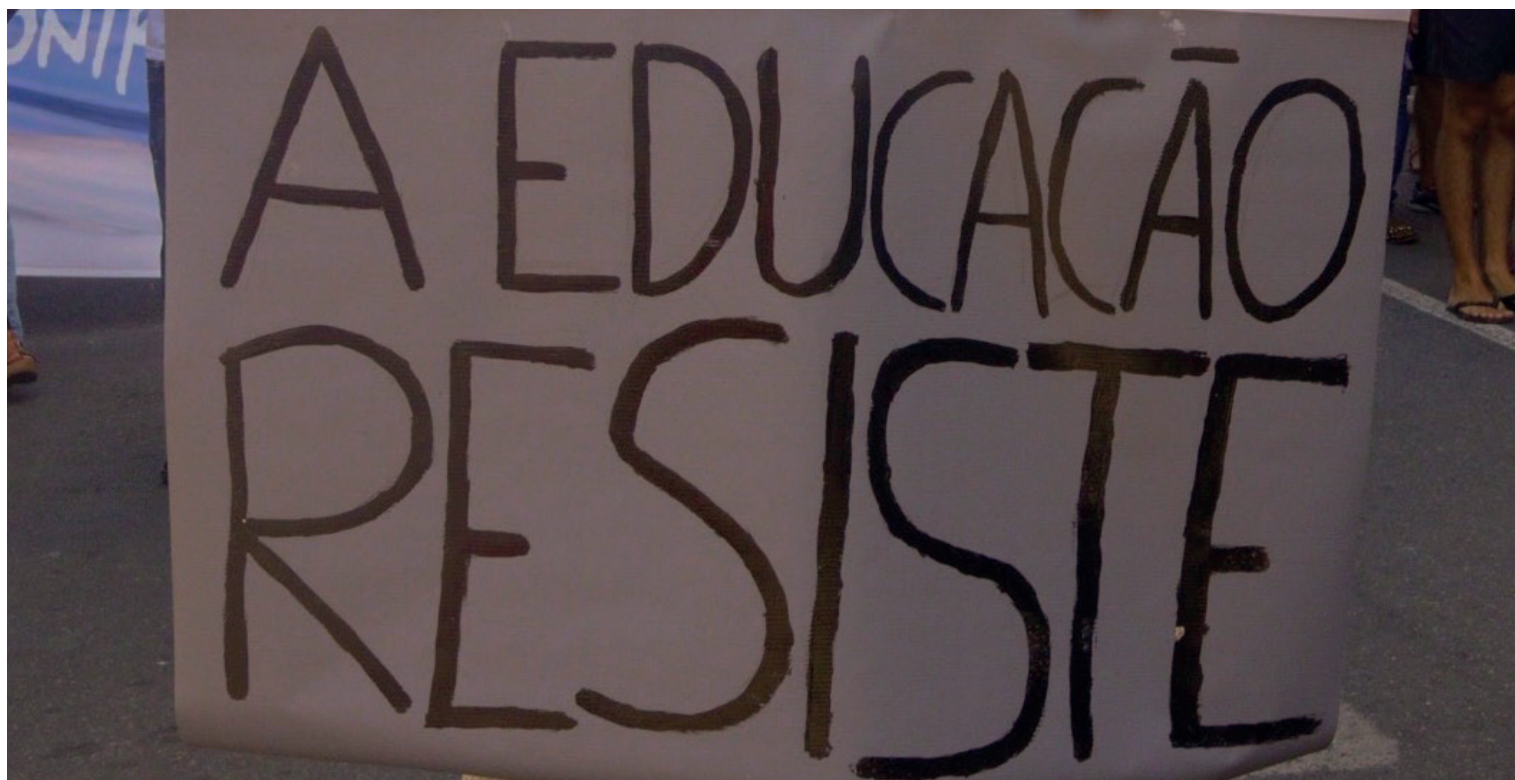


Foto: Mídia Ninja

Acentuação da retirada de direitos da população brasileira em 2019 acendeu o sinal de alerta neste ano. A política econômica neoliberal adotada por Jair Bolsonaro pode ser evidenciada nos 365 dias do ano passado com a restrição da arrecadação das entidades sindicais, na MP 873; o corte orçamentário feito pelo governo federal em diversas áreas, em especial, na Educação e Saúde; a aprovação da reforma da Previdência e da Liberdade Econômica, que também ficou conhecida como "minirreforma trabalhista", entre outros ataques. O funcionalismo público e as universidades, os Institutos Federais e os Cefet também estiveram no centro da tentativa de desmonte e privatização. Ao que tudo indica, a política de Bolsonaro de contrarreforma do Estado continuará em 2020. Existem, segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap), pelo menos 20 projetos legislativos a serem votados no Congresso Nacional, que são de interesse do governo e atacam direitos dos servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada.

Diante dos desafios postos, segue para 2020 uma análise dos Grupos de Trabalho (GT) do ANDES-SN - espaços de formação política sindical - sobre as perspectivas de organização, resistência e luta para o ano de 2020.

Caroline Lima - Setor das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino (Setor das Ies/Imes)

O setor das Estaduais terminou o ano de 2019 e iniciou o ano de 2020 lutando contra as Reformas da Previdência nos Estados. Governadores a exemplo de Piauí, Ceará e Bahia seguindo a aprovação da reforma da Previdência do governo Bolsonaro, de forma autoritária impõe uma Reforma mais perversa. Além disso, o lançamento do Future-se, no âmbito federal, abriu brecha para as tentativas de propostas de reformas universitárias nos estados. Em outras ocasiões, os governos estaduais se anteciparam em algumas medidas de ataques à educação e previdência. É necessário fortalecer ainda mais o setor das Estaduais e Municipais e construir ações conjuntas, também, com o funcionalismo público, porque os ataques que estão sendo colocados não são apenas destinados aos docentes. O ano de 2020 será de muita luta e desafio. A unidade de ação e organização do movimento docente é importante para uma luta em defesa da Previdência, das aposentadorias e da universidade pública.

Katia Vallina – Setor das Instituições Federais de Ensino (Setor das Federais)

O modelo de país, intensificado por Bolsonaro, aprofunda o desmonte dos direitos da classe trabalhadora, assim como a privatização dos serviços públicos. No âmbito do trabalho, assistimos, em 2019, a continuidade da reforma Trabalhista, com novas alterações na CLT e aprovação da reforma da Previdência. Na área educacional houve ataques às universidades públicas e à ciência, com graves cortes nos orçamentos das IES, Capes e CNPq, além de perseguição política a docentes e pesquisadores. As IES estão ameaçadas com a perda de sua autonomia e financiamento público com a imposição da proposta do “Future-se”, agora reapresentado como PL. O governo pretende refuncionalizar e privatizar as universidades e para fazer frente a esse cenário de desmontes e retrocessos é premente a unidade da classe trabalhadora para ir às ruas, organizando amplas mobilizações que resistam às medidas autoritárias implementadas. O ANDES-SN no 39º Congresso deverá discutir e propor uma agenda de lutas que contribua para a defesa dos direitos da classe trabalhadora e terá um papel imprescindível nessas lutas.

Fernando Lacerda Júnior – Grupo de Trabalho de Política Educacional (GTPE)

Em 2020, o GTPE continuará analisando, criticando e denunciando o conjunto de políticas que estão desmontando e privatizando a educação no país. Da parte dos governos, podemos esperar o aprofundamento de ataques por meio de novos cortes orçamentários, precarização das condições de trabalho docente e privatização. Também veremos as tentativas de avançar movimentos conservadores como Escola sem Partido, escolas geridas por militares e educação domiciliar. Do lado do movimento docente, esperamos um ano em que possamos aprofundar a organização necessária para derrotar os ataques do Capital e, especialmente, da extrema-direita conservadora e fundamentalista. Parte desse processo envolve a organização do próximo Seminário Educação e Sociedade, que ocorrerá entre 27 e 29 de março na Universidade Federal de Rio Grande Dourados, no qual discutiremos os ataques atuais, a resistência contra eles e o projeto de educação que o ANDES-SN defende. Além disso, queremos também fortalecer a Frente Nacional Escola Sem Mordança.

Elizabeth Barbosa – Grupo de Trabalho de Política de Classe para as Questões Étnico-Raciais, de Gênero e Diversidades Sexual (GTPCEGDS)

Diante dessa conjuntura o ano de 2020 será muito difícil. Esse governo de extrema-direita tem mostrado mais a sua cara, com o aumento da perseguição às mulheres, aos LGBTs, aos negros, nordestinos e a barbárie que tem promovido na periferia. A própria perspectiva de desemprego recai exatamente nessas comunidades. Enquanto GT, no ano passado, realizamos o II Seminário Nacional Integrado do GTPCEGDS, que debateu temáticas sobre gênero, capacitismo, orientação sexual, racismo e políticas de ações afirmativas, entre outros. Em dezembro, realizamos também o Seminário Nacional de Direito à Cidade em que foi debatida a situação da classe trabalhadora na cidade, nas favelas e periferias, o acesso dos estudantes de origem popular à universidade pública e o direito à cidade e a mobilidade urbana por mulheres e negros. Ainda pelo GTPCEGDS foi produzida uma cartilha de combate ao racismo, que é referenciada para além do ANDES-SN, que tem contribuído para as questões étnico-raciais. Então, neste ano temos que continuar nessa luta com muita força e resistência.

Madalena Borges – Grupo de Trabalho de Ciência e Tecnologia (GTCeT)

O desmonte do modelo de produção de Ciência e Tecnologia no Brasil começou a se evidenciar a partir da aprovação do Marco Legal de CTI e da redução contínua de bolsas de estudos. O governo Bolsonaro tem implantado uma “política de terra arrasada em CTI” com o Future-se, o discurso anticiência, a política de corte de bolsas e as restrições para as licenças de capacitação do pessoal docente. Para o orçamento de 2020, a proposta do governo prevê um corte de 40% da verba destinada às bolsas Capes, e para o CNPQ a redução de 87% de verbas no custeio, segundo uma matéria veiculada no site da Câmara dos Deputados. A política de restrição para qualificação de pessoal das Instituições de Ensino prevê que somente 2% dos servidores poderão ser afastados para capacitação por instituição, o que inviabiliza o tripé acadêmico de ensino, pesquisa e extensão. Já o Future-se, rejeitado por inúmeras universidades e Ifets, é a entrega para a iniciativa privada da estrutura de Ciência e Tecnologia estabelecida nas instituições e da mão de obra qualificada em troca de migalhas, subtraindo o que deveria ser o foco do desenvolvimento científico das Instituições públicas de ensino e pesquisa, que é uma ciência pública voltada para os problemas e interesses da sociedade brasileira.

Caroline Lima – Grupo de Trabalho de Política de Formação Sindical (GTPFS)

Em 2020, o GTPFS retorna as atividades dos módulos de formação política. No ano passado com a suspensão do repasse das contribuições sindicais, através da MP 873, o que resultou na suspensão de várias atividades de formação política. Com a queda da medida, no segundo semestre, retomamos as atividades e organizamos o II Seminário Integrado do GTPCEGDS, o Seminário “Histórias do Movimento Docente”, junto com GTHMD. Realizamos, também, a reunião da reorganização da CNESF e o seminário do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes de luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas. Elaboramos ainda um folder sobre os nossos grupos de trabalho e o seu papel e indicamos a construção de uma cartilha sobre a história, perfil e funcionamento do ANDES-SN para distribuir neste ano. Agora, em 2020, junto com o GTPCEGDS, estamos produzindo documentário sobre as conquistas e desafios das Mulheres que atuam/atuaram no ANDES-SN, a luta contra o machismo e a violência de gênero dentro do movimento sindical.

Ricardo Behr – Grupo de Trabalho de Comunicação e Arte (GTCA)

Em 2019, realizamos o VI Encontro de Comunicação e Arte do ANDES-SN. O evento, realizado a partir do tema “Culturas populares resistindo ao fascismo” foi fundamental para a construção de uma comunicação que atue em favor da classe trabalhadora. Para 2020, vamos propor, no 39º Congresso, via diretoria, a realização do I Festival de Cultura e Arte do ANDES-SN e o VII Encontro de Comunicação e Artes. Portanto, diante da conjuntura posta, o GTCA, deverá levantar propostas para atualização do Plano de Comunicação do ANDES-SN uma vez que ficou evidenciada a necessidade de um aprofundamento da reflexão acerca da comunicação do sindicato para atender as novas formas de comunicar (mídias digitais e suas configurações múltiplas). Há que se fortalecer o Sindicato Nacional, ampliando o trabalho de base, tendo como um dos instrumentos a comunicação e a arte.

Reginaldo de Araújo – Grupo de Trabalho de Carreira (GTCarreira)

Acreditamos que 2020 será tão difícil quanto 2019. O processo de ataques não recai apenas na carreira, mas também no modelo construído historicamente das universidades, que tem a tarefa de ser pública, gratuita, de qualidade e inclusiva. Os cortes orçamentários criaram condições adversas para as nossas universidades. Alguns professores que vinham adiando a aposentadoria, porque se realizam no laboro e enquanto sujeitos que ajudam a construir ciência no Brasil, com o sucateamento, passaram a não ter condições mínimas nos seus laboratórios e de não poder contar com estudantes bolsistas remunerados. Temos também uma geração de docentes que estão se aposentando, o que traz impactos na universidade e nas nossas carreiras, porque são sujeitos que colaboram diretamente com a geração de docentes que ingressaram mais recentemente. Cabe o GTCarreira esse desafio de continuar e aprofundar a pressão sobre o governo federal e o MEC e que esse ano não ocorra o mesmo em 2019 com o sucateamento das IES. Vamos dialogar no 39º Congresso os desafios postos e apontar os melhores caminhos e a política a ser adotada em 2020.

Guinter Leiphitz – Grupo de Trabalho de História do Movimento Docente (GTHMD)

O GTHMD tem atividades mais esporádicas e realizamos no ano passado o Seminário “História do Movimento Docente: lutas por Autonomia e Liberdade, ontem e hoje” que aconteceu no Rio Grande (RS). Tivemos um público bom e atividades ricas para esse processo de entendimento da história do sindicato, como ele funciona e como ele está vinculado às próprias lutas mais gerais do país, desde a sua formação até o contexto atual. Então, foi importante para nos apropriarmos dessa história, pensando o passado como aprendizagem e como encarar esse contexto que vivemos de um processo político muito permeado pelo autoritarismo do governo Bolsonaro. Neste ano nos aproximamos dos 40 anos do ANDES-SN, que será em fevereiro de 2021, e propomos, através de resoluções para o 39º Congresso, enquanto GT, a possibilidade da publicação de algumas obras clássicas do pensamento crítico brasileiro e a elaboração de uma cartilha em comemoração a essas quatro décadas do sindicato.

Benedito Araújo – Grupo de Trabalho de Verbas e de Fundações (GTVerbas e Fundações)

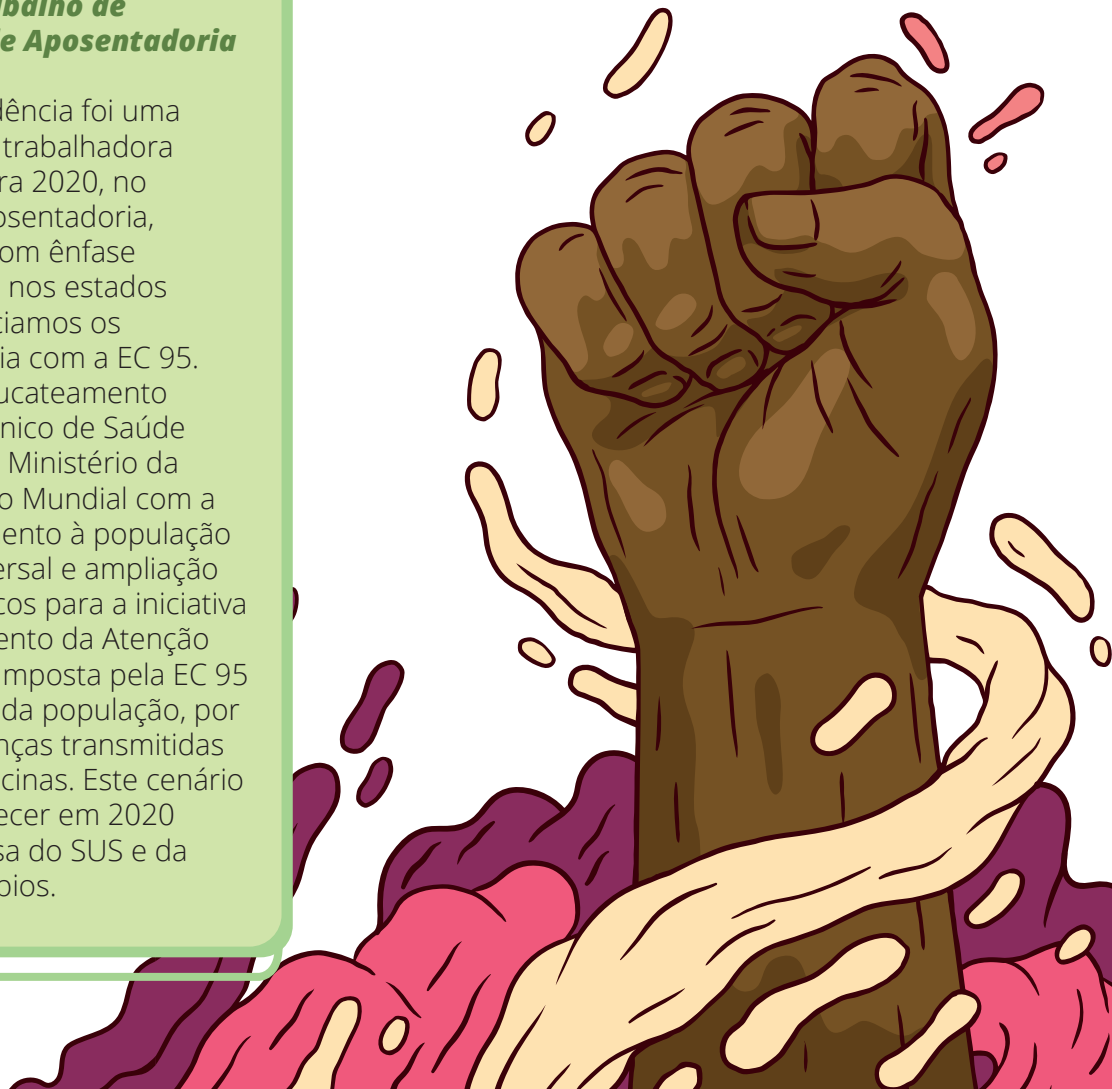
O primeiro ano de governo do Bolsonaro fez com que o GTVerbas e Fundações ganhasse uma outra dimensão. O debate em relação às verbas se tornou bastante vigente em decorrência do contingenciamento de verbas, o que exigiu do GT uma maior atuação. Tivemos ainda o apoio do GTCarreira que, com a entrada de alguns diretores da área da economia, puderam nos auxiliar nos trabalhos. Realizamos, em agosto de 2019, o I Seminário Conjunto GT Verbas/Fundações e GT Carreira e reunião com o Pleno, que resultou no Seminário Inter-regional de Carreira e Verbas das Secretarias Regionais Nordeste I, II e III, em Aracaju (SE). Desta forma, finalizamos de forma contenta o ano de 2019 e na esperança que a base tenha acessado o que nós produzimos. Deixaremos para a próxima gestão, um bom acúmulo do que foi a luta nesse período inicial do governo de extrema-direita e que possamos avançar em 2020 na organização dos GTs dentro das seções sindicais.

Josevaldo da Cunha – Grupo de Trabalho de Política Agrária, Urbana e Ambiental (GTPAUA)

Para 2020 daremos sequência ao combate do desmonte que o governo neoliberal de extrema-direita de Jair Bolsonaro tem feito nas questões ambientais, urbanas e agrárias. É perceptível a falta de política, por exemplo, na questão ambiental com o enfraquecimento dos órgãos de fiscalização no que tange o combate ao desmatamento, vide os incêndios que ocorreram na Amazônia. Outro absurdo é a permissão de mineração em áreas indígenas e quilombolas. Na questão urbana, nos causa preocupação o sucateamento da política pública que objetivava, mesmo com deficiência e limitações, o acesso à moradia e ao solo urbano de populações menos favorecidas. Já na questão agrária, não houve nenhum avanço nos assentamentos e na reforma agrária, pelo contrário, o governo tem feito reintegração de posse e feito vistas grossas ao acirramento da violência no campo e assassinatos de lideranças indígenas, quilombolas. O ANDES-SN está ombreado, mais uma vez, com outras entidades e movimentos sociais para que este ano não tenha nenhuma retirada de direitos nas questões sociais, rurais e urbanas.

Jacqueline Lima – Grupo de Trabalho de Seguridade Social e Assuntos de Aposentadoria (GTSSA)

A aprovação da reforma da Previdência foi uma das grandes perdas para a classe trabalhadora no ano de 2019. A perspectiva para 2020, no âmbito da seguridade social e aposentadoria, é de intensificação dos ataques, com ênfase na contrarreforma da previdência nos estados e municípios. Desde 2016 denunciemos os problemas que a saúde enfrentaria com a EC 95. Em 2019, vimos a ampliação do sucateamento e subfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) e um maior alinhamento do Ministério da Saúde com as propostas do Banco Mundial com a proposta de limitação do atendimento à população na perspectiva da cobertura universal e ampliação da destinação dos recursos públicos para a iniciativa privada. A alteração do financiamento da Atenção Básica e a redução orçamentária imposta pela EC 95 terão impacto em 2020 na saúde da população, por exemplo, com o aumento de doenças transmitidas por mosquitos ou evitáveis por vacinas. Este cenário evidencia a necessidade de fortalecer em 2020 os fóruns e movimentos em defesa do SUS e da previdência nos estados e municípios.



Perspectivas para 2020

Depois de um ano de retrocessos sociais e ataques à educação pública, é hora de reorganizar os trabalhadores para enfrentar a pauta do governo



Foto: Mônica NINHA

O primeiro ano do governo Jair Bolsonaro foi um desastre em todos os níveis, mas atingiu particularmente a área de Educação. Os dois ministros que assumiram a pasta, Vélez Rodríguez e Abraham Weintraub, mostraram com todas as letras de iletrados o compromisso deste governo com o desmonte do sistema público de ensino no Brasil. Em uma entrevista do ano passado sobre a política educacional do governo, o filósofo Ruy Fausto ironizou a composição do ministério de Jair Bolsonaro contrapondo-o à equipe que o presidente americano John F. Kennedy levou à Casa Branca em 1961: “do governo Kennedy, dizia-se que reunia the best and the brightest, os melhores e os mais brilhantes. Aqui, com Bolsonaro, se tem, ao contrário, os piores e os mais obtusos. Dois ministros se sucederam, um pior do que outro, e o que fizeram até aqui foi simplesmente desastroso”.

Para o presidente do ANDES-SN, Antonio Gonçalves, o ano de 2019 foi marcado, no plano geral, por uma série de retrocessos sociais, como a contrarreforma da Previdência, com intensificação de ataques ao conjunto de trabalhadores e, particularmente, à categoria docente. “Das políticas públicas a Educação foi sem dúvida aquela que mais foi atacada por este governo, tanto na sua concepção como também no seu financiamento”, explica Gonçalves. E essa prática de retirada de direitos do governo Bolsonaro, completa, veio aliada a uma guerra cultural que se expressa no campo da Educação e trouxe retrocessos civilizatórios.

Mas, ao mesmo tempo em que esse retrocesso ocorreu, ele afirma, a sociedade, trabalhadoras e trabalhadores deram uma resposta à altura, ocupando as ruas, realizando atos de protesto (15 e 30 de maio). “Essa pauta unificou trabalhadores, docentes, técnicos e estudantes.

Conseguimos, com essas mobilizações de rua, acuar o governo e fazer com que ele revertesse os cortes que havia feito nos recursos para o financiamento da educação pública no âmbito geral”. O presidente do ANDES-SN pondera, entretanto, que essa reação se deu tardiamente e só houve reversão das medidas a partir de setembro. Mesmo assim, Antonio considera que os trabalhadores da Educação conseguiram resistir e conquistar o que foi possível em um período de ataques. “Não foram lutas para ampliar nossos direitos, mas para tentar evitar que eles fossem retirados na intensidade pretendida pelo atual governo e o capital de modo geral”, explica Gonçalves.

Antonio também observa que o retrocesso a que estamos assistindo não é obra apenas do governo federal, mas também de muitos governadores de Estado e prefeitos. “Muitos deles, mesmo alguns que se colocam no campo

da esquerda, impuseram medidas semelhantes às aprovadas no âmbito federal. A reforma da Previdência, por exemplo, foi aprovada no Congresso Nacional, mas alguns estados e municípios já estão se antecipando à União implementando suas próprias reformas, ampliando a alíquota de desconto dos servidores públicos, capitalizando a previdência – o que configura um processo de privatização –, cortando recursos para a Educação e realizando retiradas de direitos”, afirma.

A resposta do ANDES-SN, diz Antonio Gonçalves, é contribuir para o processo de reorganização da classe trabalhadora por meio da criação do Fórum Sindical, Popular e de Juventudes, que luta por direitos e liberdades democráticas e foi lançado em 19 de fevereiro do ano passado. “Esse fórum tem se replicado nos estados e tem sido um polo de aglutinação de diversas forças políticas para fazer frente a todos esses ataques”, explica.

Desafios e prioridades

Ampliar o processo de reorganização da classe trabalhadora brasileira, construindo sua unidade de ação. Esse é um dos desafios e prioridades do Sindicato para o ano de 2020. “As lutas ainda estão muito fragmentadas,

algumas categorias têm feito lutas bastante particularizadas, não unificadas ao conjunto dos interesses da classe trabalhadora”, observa. “Somente o ANDES-SN, as categorias docentes ou os sindicatos da Educação não darão conta de conter todo esse retrocesso, porque a tendência é esse projeto do grande capital, que se expressa nas políticas econômicas do governo Bolsonaro e de alguns governos estaduais, se intensificar a partir deste ano. Então o desafio é unificar nossa classe, reorganizar as trabalhadoras e trabalhadores, fazer ações unitárias. É fundamental colocar a classe trabalhadora nas ruas para derrotar esse projeto que está em curso no país.

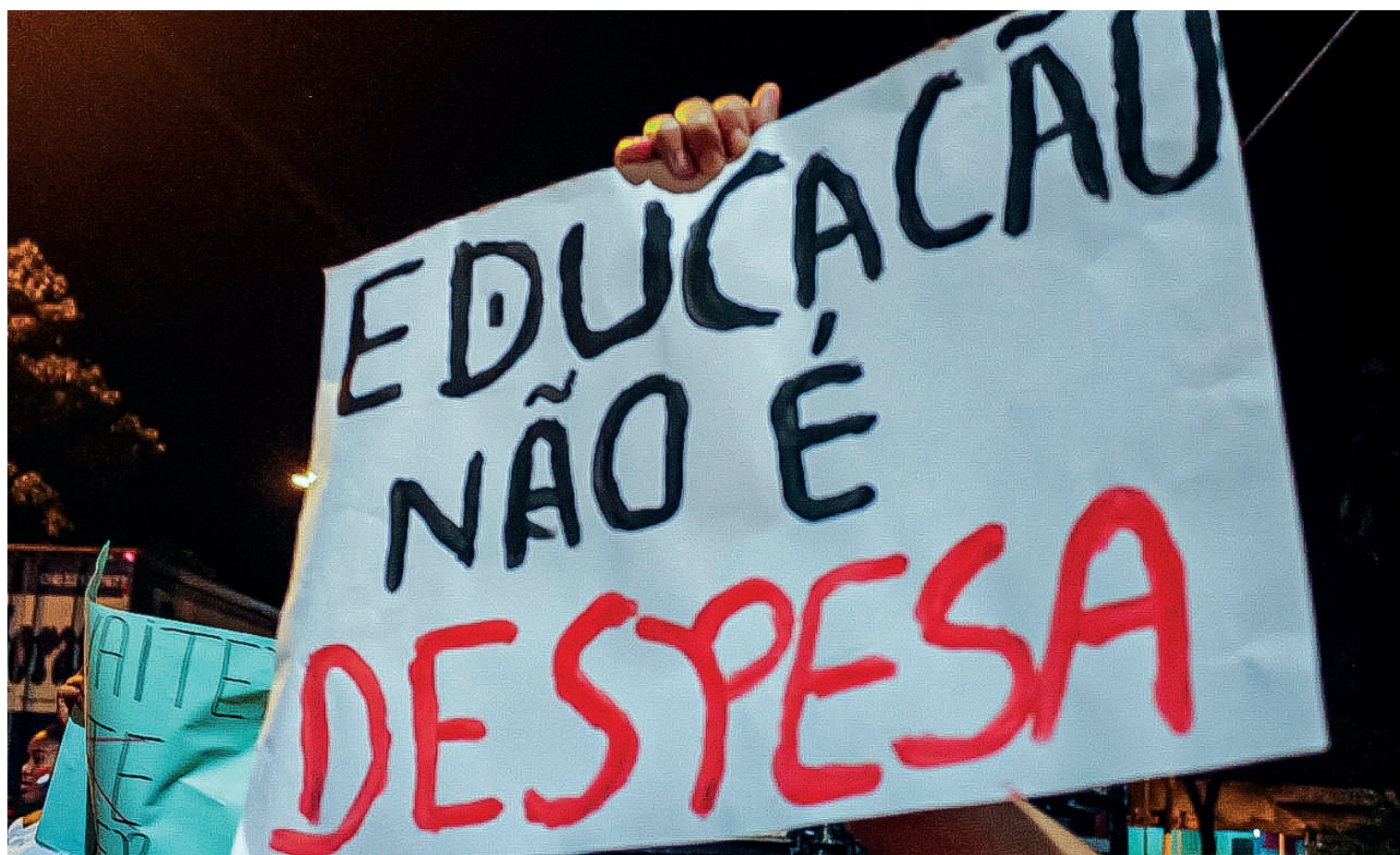
Antonio Gonçalves aponta para o 39º Congresso do ANDES-SN, que será realizado entre os dias 4 e 8 de fevereiro em São Paulo. “A expectativa da diretoria do Sindicato é produzir um plano de lutas para fazer esses enfrentamentos. Dependendo da correlação de forças e dos ataques que virão, é possível que a gente caminhe para uma greve na Educação. Isso ocorrerá caso não haja negociação das nossas pautas e reivindicações”, afirma.

De qualquer forma, o presidente admite que a capacidade de organizar a luta e fazer ações unitárias que

resulta em mobilização ainda não está em um patamar desejável. “A correlação de forças ainda nos é desfavorável, mas nós temos esse desafio pela frente: avançar nessa reorganização da classe para que possamos construir ações unitárias e aí sim conseguir mobilizar o conjunto dos trabalhadores como um todo”.

Privatização

O ANDES-SN tem a compreensão de que o grande objetivo deste governo é a privatização do ensino público gratuito. Mas Antonio diz que, no âmbito da Educação, é muito difícil o governo conseguir levar esse objetivo adiante. Para ele o governo está buscando uma “privatização não-clássica”, na qual não se vende o patrimônio público, mas terceirizam-se todos os serviços internos. “O Future-se, que teve uma nova edição lançada no dia 3 de janeiro, explicita muito bem isso ao tentar transferir a gestão das universidades, institutos federais e Cefet para organizações sociais ou fundações ditas de apoio para, a partir daí, captar recursos na iniciativa privada. É preciso, portanto, derrotar esse programa, que tem um caráter substitutivo, de transferir o financiamento público para o financiamento privado. Com isso, nós não temos nenhum acordo”, finaliza.



Autonomia universitária em risco

Desde sua posse, Jair Bolsonaro tem agido de forma arbitrária e nomeado reitores que, embora constem na lista tríplice encaminhada à Presidência da República, receberam votação pífia e estão longe de representar a vontade da maioria que compõe a pluralidade acadêmica



Foto: VICENTE ANAÏO/DOUGADOS NEWS

A Medida Provisória (MP) Nº 914, de autoria da Presidência da República, foi publicada pelo Diário Oficial da União (DOU) em 24 de dezembro de 2019. Seu objetivo é modificar o processo de escolha dos dirigentes das universidades federais, dos institutos federais e do Colégio Pedro II. Dentre outras medidas, a MP extingue a paridade entre professores, técnico-administrativos e estudantes, que vinha sendo adotada há anos em diversas instituições, e determina que os reitores passarão a ser escolhidos mediante consulta à comunidade acadêmica, de preferência por meio de votação eletrônica.

Atualmente, o reitor já é escolhido pelo corpo docente, por meio de uma votação de uma lista tríplice. É tradição que o candidato que receba mais votos tenha

seu nome sancionado pelo presidente da República e exerça quatro anos de mandato. “Legalmente, a Lei No 9.1992/95 permite que o presidente opte por qualquer um dos três candidatos que constem na lista tríplice”, explica Cláudia Roma, presidenta do Sindicato dos Professores da Universidade Federal da Grande Dourados (ADUF Dourados). “Em respeito à escolha da comunidade universitária, o nome mais votado dessa lista vem sendo sancionado há pelo menos 15 anos. Mas, desde sua posse, o presidente Jair Bolsonaro tem sistematicamente optado pelos candidatos alinhados politicamente ao Governo, mesmo quando estes obtêm votação pífia”, observa.

Nos primeiros seis meses de governo, Bolsonaro interveio em seis das 12 universidades federais que elegeram novos reitores. “Interpretamos a não nomeação

dos vencedores como um violento ataque à democracia e à autonomia universitária”, afirma Cláudia.

“A autonomia universitária está inscrita na Constituição justamente para que o espaço acadêmico tenha independência para discutir ideias, realizar pesquisas e atuar com independência científica”, salienta Vicente Ribeiro, coordenador da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Federal da Fronteira Sul (SINDUFFS). “Universidade não é órgão de Governo, mas uma instituição de Estado dotada da autonomia necessária para cumprir sua função”, acrescenta.

Intervenção e judicialização

Segundo Cláudia Roma, a UFEGD enfrenta uma situação extremamente grave, com a nomeação de uma reitora pro tempore devido à judicialização da

lista tríplice pela ação de um procurador do Ministério Público Federal. “Alegando irregularidade na escolha dos nomes para reitoria, o procurador ajuizou ação civil pública que resultou na suspensão da lista tríplice pela Justiça Federal de Dourados”, informa o documento intitulado “Lista tríplice, intervenção e autonomia universitária”, elaborado pela ADUF Dourados. De acordo com o texto, a liminar foi derrubada alguns meses mais tarde e a mesma Justiça Federal reafirmou a plena legalidade dos procedimentos da eleição. “Novamente validada, a lista tríplice pode e deve ser reenviada ao Ministério da Educação, o que não vem sendo feito pela reitora temporária, que, na prática, atua como interventora do Governo Federal, ferindo assim a autonomia da universidade”, elucida Cláudia.

Na UFFS, o Conselho Universitário aprovou, em 30 de setembro de 2019, um pedido de destituição do reitor Marcelo Recktenvald, terceiro colocado na lista tríplice e nomeado por Bolsonaro em 30 de agosto. “A proposta de destituição do reitor recebeu 35 votos favoráveis, 12 contrários e duas abstenções. Na nossa avaliação, 51 dos 54 membros estavam aptos a votar, mas o reitor alega que a maioria teria de ser de 36 votos, ou seja, a maioria exigida perante o número de 54 membros. E assim, por meio de manobras jurídicas e sem acatar a vontade da maioria da comunidade acadêmica, ele permanece no cargo”, discorre Vicente Ribeiro. “Não tenho dúvida de que a decisão do Conselho Universitário, majoritariamente favorável ao afastamento de Recktenvald, expressa a vontade da ampla maioria da comunidade acadêmica”, ele complementa.

Na visão de Ribeiro, as atitudes do atual Presidente da República representam um desrespeito à autonomia universitária e a MP 914 representa um enorme retrocesso. “Temos um grande desafio pela frente, que consiste em derrotar essa MP”, afirma. “Não dá pra empurrar esse problema com a barriga. Se continuar assim, Bolsonaro poderá nomear quem ele quiser pelos próximos três anos. Seus nomeados por sua vez, escolherão diretores de campi e unidades acadêmicas conforme suas preferências pessoais, mudando a configuração das universidades, que se caracterizam justamente pela independência e pluralidade”, alerta o docente. “Precisamos de emendas

que se contraponham às medidas arbitrárias, do apoio e das mobilizações das entidades sindicais, estudantis e de dirigentes das universidades”.

Redação precária

Mal redigida, a MP deixa dúvidas quanto à possibilidade de reeleição de reitores: “o reitor e aquele que o houver sucedido ou substituído no curso do mandato por mais de um ano não poderá ser nomeado para mais de um período sucessivo”, diz o texto. Justamente por ser tão confuso, o texto pode dar margem a diferentes interpretações, aumentando a probabilidade de se precisar recorrer à Justiça sempre que surgir um candidato à reeleição.

Além disso, diretores de unidade e diretores-gerais de campi ficam impedidos de disputar a reeleição: a escolha e a nomeação para tais cargos passam a ser realizadas diretamente pelo reitor. Em relação ao modelo de voto paritário entre docentes, estudantes e técnicos, que vinha sendo posta em prática em muitas instituições, Ribeiro lamenta que a MP preveja peso de 70% para o voto dos professores e de apenas 15% para os votos do corpo discente e dos técnicos, respectivamente. “Trata-se de uma excessiva concentração de poder nas mãos dos reitores e do presidente da República”, destaca.

O documento da ADUF Dourados enfatiza que, desde sua nomeação, a reitora vem praticando diversas arbitrariedades. Dentre os exemplos de atropelos contra a democracia e a autonomia universitária elencados no texto da entidade sindical, incluem-se o aparelhamento das pró-reitorias, a reintegração arbitrária de seis estudantes que haviam sido desligados por fraude contra a lei de cotas étnico-raciais e o frontal desrespeito à eleição de diretor e vice-diretor da Faculdade de Educação, onde a chapa vencedora foi exonerada apenas 19 dias depois da posse. “Não bastasse todo esse leque de atitudes autoritárias, a interventora também tem colocado em risco o bom funcionamento das atividades da UFGD, com o adiamento das reuniões do Conselho Universitário e o desrespeito às decisões desse importante colegiado”, esclarece o documento.

Na avaliação dos entrevistados, as universidades que se acham hoje em litígio com a Presidência da República pelos direitos de manter sua autonomia e de ver a vontade da comunidade acadêmica sendo respeitada encontram-se instáveis e até mesmo paralisadas. O texto da ADUF Dourados sintetiza: “as gritantes contradições da universidade pública

precisam ser enfrentadas para aprofundar sua democracia interna e seu caráter social, evitando o autoritarismo estatal e as investidas neoliberais que pretendem submeter as instituições aos interesses do mercado, como bem sinaliza o Projeto de Lei conhecido por ‘Future-se’”.

OUTROS CASOS

UFTM (Universidade Federal do Triângulo Mineiro) – Em 17 de junho, o 2º colocado na lista tríplice, Luiz Fernando Resende, obteve 2.649 votos, 538 a menos do que o 1º colocado, e foi nomeado por Bolsonaro. Fábio César da Fonseca, que tinha sido escolhido pelo colegiado e pela comunidade acadêmica, foi preterido na escolha.

UFC (Universidade Federal do Ceará) – O 3º colocado, José Cândido Lustosa, foi nomeado como Reitor. Ele recebeu apenas nove votos no conselho universitário, enquanto o 1º colocado, Custódio Luís Silva de Almeida, teve 25. Além disso, na consulta à comunidade, Albuquerque recebeu apenas 610 votos, enquanto Almeida recebeu 7.772.

UFVJM (Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri) – O último colocado na lista tríplice, Janir Alves Soares, foi nomeado como reitor. Ele obteve um pouco mais de 5% dos votos, enquanto o primeiro colocado, Gilciano Nogueira, recebeu mais de 27% das intenções.

UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) – Cinco candidaturas se apresentaram para o cargo. Georgina Gonçalves, mulher negra, assistente social, ficou em primeiro lugar com a maioria de 17 votos no conselho universitário. Porém, Fábio Josué dos Santos, professor de pedagogia, recebeu apenas três votos e foi o escolhido.

CEFET-RJ – Após o segundo colocado, Sérgio Roberto de Araújo, apresentar um recurso pedindo o impedimento do primeiro colocado, Maurício Saldanha Mota, o MEC nomeou um interventor para assumir o cargo na instituição. Em outubro de 2019, o designado, Maurício Aires, foi substituído por outro interventor, Marcelo Nogueira. Ou seja, a manobra para manter um interventor na instituição continuou.

Desmonte globalizado da seguridade social assombra também os franceses

FOTO: THOMAS SAMSON/AFP



"Macron, você está perdendo a cabeça. Lembre-se de 1789" - durante a marcha em Paris.

Uma ironia da globalização é que a implantação de políticas neoliberais pode provocar, também, lutas simultâneas ao redor do mundo. Neste contexto, vale analisar as recentes manifestações ocorridas na França em decorrência das tentativas do presidente Emmanuel Macron, de transformar o Estado de seguridade social.

Os gilets jaunes – coletes amarelos –, são itens de segurança obrigatórios por lei em todos os veículos da França. Desde novembro de 2018, porém, extrapolaram sua função de sinalizar acidentes de trânsito e se tornaram símbolos do enfrentamento das trabalhadoras e trabalhadores contra ameaças de retirada de direitos sociais.

O movimento dos coletes amarelos começou após um anúncio de progressão dos impostos sobre combustíveis que, junto às reformas fiscais propostas pelo governo do presidente francês, impactariam diretamente as classes trabalhadoras. Os manifestantes tomaram as ruas pedindo não apenas a reversão do aumento anunciado, como também a reintrodução do imposto sobre fortunas e o aumento do salário mínimo.

Então, o presidente lançou uma proposta de reforma da Previdência e o combustível do movimento inicial serviu de energia, tornando-se um protesto permanente de proporções gigantescas.

Projeto liberalizante: destruir o Estado social

A proposta do presidente francês previa estabelecer um sistema de pensões único, que valeria para todos, com base em pontos, no qual cada dia trabalhado contaria pontos para a futura aposentadoria. O modelo vigente é o oposto: atualmente, existem 42 fundos de pensão singulares, com cálculos, provedores e formas de administração independentes. O sistema de Previdência francês é considerado o mais complexo – e um dos melhores – do mundo.

Repletas de especificidades, as regras detalham casos como a idade em que uma bailarina da Ópera Nacional poderia pendurar as sapatilhas: 42 anos, quando dificilmente conseguiria prosseguir na carreira.

O rolo compressor da reforma cria uma idade teto, 67 anos, para que todas as categorias possam se aposentar com o valor integral. Fato é que os trabalhadores teriam que trabalhar mais para se aposentar bem; quem quiser trabalhar por um período menor tem essa possibilidade, mas fica com o benefício severamente reduzido.

Mais do que o temor de trabalhar alguns anos extras, o fator decisivo de mobilização das trabalhadoras e trabalhadores franceses é o aspecto centralizador do gerenciamento do sistema de pontos proposto, que permitiria a Macron mudar as regras do jogo sem prévia negociação com os sindicatos.

Lenha na fogueira e carros sem combustível

A proposta provocou uma duradoura greve geral que paralisou transportes, concretizada em um engarrafamento gigantesco de 600 km nos arredores de Paris. No dia 17 de dezembro do ano passado, as ruas enfeitadas para o Natal receberam cerca de 1,8 milhão de pessoas, reunidas em mais de 260 manifestações em cerca de 80 cidades do país. Todas, protestando.

Desde então, a amplitude dos protestos só aumentou. No início deste ano, ganhou o reforço dos sindicatos dos petroleiros, que bloqueiam refinarias com a finalidade de interromper a circulação de combustível nos postos de gasolina. Milhões de manifestantes continuam indo às ruas com os seus coletes amarelos. O movimento já é considerado o maior desde o período pós-guerra da França, a maior paralisação ferroviária desde 1930 e a mais longa greve nos transportes públicos desde 1967.

O movimento ameaça, agora, se espalhar por outros países, como Portugal. No Brasil, também, um movimento importante começou com o apelo de repúdio ao aumento das passagens de ônibus. Resta saber se a revolta dos franceses irá ser replicada nas ruas brasileiras.

Semelhanças e diferenças

O cientista político e economista Flávio Farias, professor da UFMA, comenta que o enfrentamento através da greve foi importante. Mas, as negociações entre o governo e os sindicatos não terminaram ainda. “Entre a França e o Brasil há uma grande diferença em termos de consciência de classe, organizada em instituições políticas e sindicais”, pontua o professor. “Em ambos os casos trata-se de regressão de direitos sociais. Mas, a brutalidade das perdas no Brasil é diretamente proporcional ao enfraquecimento dos principais sindicatos e partidos de esquerda, que embarcaram no social-liberalismo”, diz.

Atualizações

O governo francês retirou provisoriamente a medida da proposta que previa aumentar a idade mínima para aposentadoria de 62 para 64. A retirada é condicionada a um acordo das negociações entre governo e principais sindicatos do país.